

A GESTÃO DE QUALIDADE NA AQUISIÇÃO DO ARMAMENTO PELA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

THE QUALITY MANAGEMENT IN THE ACQUISITION OF THE ARMAMENT BY
THE MILITARY POLICE OF GOIÁS

RESUMO

O presente artigo tem o intuito conhecer o processo de aquisição de armas de fogo de porte individual, e se existe algum padrão definido para tais compras e qual a opinião dos policiais militares em relação ao armamento institucional atual. Ainda visa analisar e discutir as últimas aquisições realizadas pela PMGO e se estas foram satisfatórias. A pesquisa foi realizada por meio de questionário respondido por policiais militares, entrevista com oficial do CALTI e pesquisa documental no mesmo setor. A pesquisa conseguiu identificar alguns motivos de insatisfação, a dificuldade de adquirir um produto de qualidade, mas também descobriu a existência de um importante estudo técnico de padronização para armas de fogo no âmbito do estado goiano, sugere-se para as próximas pesquisas sobre o assunto estudar a importância de dispor de um armamento de qualidade elevada e o impacto na atividade policial, bem como o estudo da legislação em vigor e qual o melhor caminho para adquirir um produto de excelência para assim obter estudo mais aprofundado sobre o tema.

Palavra-chave: Armamento. Padronização de armamento. Gestão da qualidade.

ABSTRACT

This article intends to know the process of acquiring individual firearms, and if there is any definite pattern for such purchases and what the opinion of the military police in relation to the current institutional armament. It also aims to analyze and discuss the latest acquisitions made by PMGO and whether these were satisfactory. The research was carried out through a questionnaire answered by military police officers, interview with CALTI official and documentary research in the same sector. The research was able to identify some reasons for dissatisfaction, the difficulty of acquiring a quality product, but also discovered the existence of an important technical study of standardization for firearms within the state of Goiás, it is suggested for the next research on the subject to study the importance of high quality weaponry and the impact on police activity, as well as the study of the legislation in force and the best way to acquire a product of excellence in order to obtain a more detailed study on the subject.

Keywords: Weaponry. Standardization of weaponry. Quality management.

1 INTRODUÇÃO

Com crescimento populacional e o desenvolvimento dos centros urbanos aliado ao avanço tecnológico tem aumentado a demanda e a exigência da sociedade pela prestação de serviços públicos de qualidade.

Na administração geral os processos estão cada vez mais complexos e eficientes. Na administração pública não pode ser diferente pois a melhor adequação dos recursos significa melhor prestação do serviço público que é o objetivo maior de um órgão público. Visando a prestação de segurança pública, dentro da Polícia Militar do Estado de Goiás surge a necessidade de estudar a gestão da qualidade na aquisição do armamento utilizado pelos policiais militares a fim buscar a excelência na prestação dos serviços.

Neste contexto, urge a necessidade de saber como é o processo de compra do armamento na Polícia Militar de Goiás. Existe algum parâmetro de qualidade definido? Qual a confiabilidade do funcionamento das armas?

Este estudo tem o objetivo de avaliar como é a dinâmica de compra do armamento na Polícia Militar de Goiás e se existe algum parâmetro de qualidade para aquisição de material bélico e ainda, identificar o nível de confiança das armas por parte dos policiais militares goianos.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de análise documental na seção responsável pela compra das armas pela corporação a fim de conhecer o atual modelo de aquisição de arma de fogo e por questionário aplicado aos policiais militares para que se cumpra os objetivos em destaque.

Considerando que a atividade da Polícia Militar do Estado de Goiás é extremamente perigosa, este estudo é imprescindível para garantir que o policial tenha um instrumento de trabalho de qualidade e eficaz na sua atividade laboral a fim de prestar um serviço de excelência.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

De acordo com Silva (2016), com a promulgação da Constituição “cidadã” de 1988 e a mudança do cenário jurídico-político a administração pública tem passado

por um processo de melhoria do serviço público com a migração da administração burocrática, que é aquela administração enraizada em aspectos formais fundamentada quase exclusivamente no princípio da legalidade com hierarquia rígida e excesso de burocracia, para a administração gerencial que dá lugar a rapidez, a flexibilidade, rendimento, produtividade e tem como foco o princípio da eficiência buscando com isso a modernização da gestão pública e melhor prestação de serviço. Essas mudanças são de suma importância pois a participação da sociedade civil tem aumentado a cada dia, e conseqüentemente a cobrança por melhores resultados.

Segundo Oliveira (2014), os processos na administração pública devem ser focados em atender as necessidades e expectativas do cidadão com o fim de garantir o interesse da maioria e não a interesses de uma pequena classe oligárquica.

Nessa nova tendência de modernização da gestão pública a emenda constitucional nº 19 Moraes (2000), trouxe o princípio da eficiência, onde o gestor de toda a administração pública agora deve buscar o melhor rendimento com o custo menor e com qualidade que atenda ao interesse do bem comum. Assim descreve Moraes (2010), o princípio da eficiência é a busca da qualidade sem burocracia, com base nos valores da eficácia, da transparência para melhor emprego do dinheiro público e satisfação do bem comum.

Considerando que as relações empresariais se desenvolvem em um processo bastante ágil e dinâmico incentivado pela competitividade e globalização do mercado, o setor privado desenvolve diversas práticas e ferramentas para otimizar o rendimento, aumentar a tempo de resposta, intensificar a qualidade e conter gastos.

Dentro deste novo modelo de gestão pública gerencial, a prestação de serviço público é baseada nos princípios da economicidade, eficiência, moralidade, e publicidade com o foco nos resultados e para isso é necessário utilizar de ferramentas da administração geral, nesse caso em específico a gestão da qualidade.

2.2 GESTÃO DA QUALIDADE

O conceito de qualidade é extremamente difícil de mensurar pois trata-se de uma ideia subjetiva e aberta pois está ligado a percepção, interpretação, expectativas e necessidades variadas de acordo com a categoria de atividade, com o tempo e com a particularidade de cada um.

A concepção de qualidade está ligada a adequação ao uso, ou seja, ao atendimento de expectativas e/ ou necessidades do consumidor incluindo critérios diversos como utilidade, confiança, segurança, inovação, custo e etc.

Para Vasconcellos (2002), A qualidade ligada ao serviço da mesma forma é caracterizada pela ampla subjetividade pois as pessoas reagem de maneiras diferentes em relação ao que parece ser o mesmo serviço, que as vezes está ligada ao estado emocional ou ao grau de necessidade daquele serviço prestado.

Apesar do conceito depender da perspectiva de cada atividade, é possível identificar características comuns entre elas. Segundo Goetsch & Davis (1997), as características comuns são superar as expectativas do cliente, aplicação a produtos, serviços, processos e até a ambientes. O autor ainda afirma que a qualidade não é estática, ou seja, está em uma constante melhoria.

Como preceitua a ISO 9000:2000 Gestão de qualidade é:

São todas as atividades da função gerencial que determinam a política da qualidade, os objetivos e as responsabilidades, que os implementam por meios tais como: planejamento da qualidade, garantia da qualidade e melhoria da qualidade dentro do sistema da qualidade. ISO 9000:2000

Para Batista (2006), atividade de aquisição de produto ou material deve está diretamente ligada a todos os setores da instituição, pois é necessário coligar esta atividade aos objetivos e metas institucionais, e também envolver todos os interessados para uma melhoria dos critérios técnicos e motivação dos colaboradores para aprimorar o processo de compras.

2.3 FERRAMENTAS DA GESTÃO DA QUALIDADE

Rodrigues (2001) afirma que a criação de Sistemas de Gestão da Qualidade, significa uma melhora de toda a instituição; ou seja, a mudança de uma organização causa riscos pelo costume de agir dos comportamentos, abrindo oportunidades para um bom uso. Assim, sem o uso de Sistemas de Gestão da Qualidade, o desenvolvimento não será adequado para um processo de avanço geral da organização, portanto é necessário a criação de um bom ambiente de trabalho.

Conforme Paladini (2013), para implementação de Sistema de Gestão da Qualidade deve-se às ferramentas e estratégias para utilização no desenvolvimento de seus serviços. Pode-se dizer, que o desenvolvimento das ferramentas da Gestão da Qualidade evoluiu ao longo do tempo, suas técnicas que antes eram usadas de

modelos estatísticos passaram a usar modelos teóricos bastante complexos e entre outros.

Apesar de existir diversas ferramentas da Gestão da Qualidade, para o autor retro mencionado, todas possuem o mesmo objetivo: gerar qualidade. Para tanto, ferramentas são técnicas simples, que podem envolver diagramas ou gráficos; produção de análises, desenvolvimento de atividades para tomadas de decisão; planos de atividades; programa simples de ação; formulações necessárias de conceitos etc.

Uma ferramenta amplamente utilizada é o Diagrama ou Princípio de Pareto. Como assevera De oliveira (2005), o diagrama é uma ferramenta de qualidade que originou de um estudo desenvolvido pelo economista Vilfredo Pareto. Segundo tal estudo cerca de 20% da população detém 80% da renda do seu país. Juran levou esta teoria para a Gestão da Qualidade e explica que a maior parte dos problemas são causados por uma minoria de causas. Assim, o diagrama de Pareto é uma ferramenta bastante usada e de fácil aplicação na Gestão da Qualidade pois direciona o gestor a agir com menor esforço nos problemas de maior incidência, viabilizando assim maior eficiência na administração dos recursos e processos dentro da Instituição.

2.4 LICITAÇÃO

No Brasil, por previsão legal, a Lei 8.666/93 Brasil (1993), determina que as compras realizadas pela Administração Pública ou qualquer entidade que faça uso de verbas públicas devem ser feitas através de licitação pública com o objetivo de respeitar todos os princípios gerais da administração pública e propiciar maior competitividade entre os interessados e a entidade licitante obter a proposta mais vantajosa, que é a mais econômica e com maior qualidade possível.

De acordo com a lei de licitações Brasil (1993), a licitação existe para atender a diversas finalidades, entre elas garantir a igualdade entre os concorrentes e a conformidade dos princípios constitucionais: da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, e da publicidade. Com isso, é possível observar que diferentemente do particular o comprador público não tem a liberdade de escolher, de acordo com suas necessidades e interesses, qual fornecedor deseja contratar ou qual produto específico deseja comprar.

A respeito da conceituação de licitação Mello (1993), diz que é um procedimento administrativo que busca a melhor proposta visando o interesse público e possibilita a igualdade entre os participantes.

Entende-se que o processo de licitação é uma sequência de atos formais exigidos do poder público para que possa contratar com o particular. Um dos diversos documentos contido no processo de licitação é o termo de referência que é onde o gestor indica, delimita e classifica o produto desejado.

De acordo com o Decreto que regulamenta o pregão eletrônico Brasil (2005), o termo de referência deve ser elaborado por um técnico da área com as especificações do produto a ser adquirido e com a respectiva justificativa. O termo de referência é um documento fundamental para a aquisição de qualquer produto, em termos de qualidade então ele é primordial, pois nele o profissional detalha exatamente o que necessita, determina os critérios de avaliação e como será feita a fiscalização da qualidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa pretende analisar como é o processo de aquisição dos armamentos letais de porte individual dos policiais militares da PMGO e de que maneira poderia melhorar tal processo sob a perspectiva da qualidade e se é aplicado ou é possível a aplicação de uma das ferramentas de gestão da qualidade, e ainda, se há algum parâmetro de qualidade definido para essa aquisição. É importante buscar a padronização do armamento individual utilizado na Polícia Militar, primando pela maior qualidade possível, já que esse equipamento está intimamente atrelado à preservação da vida do policial e também daqueles que necessitem de sua atuação.

De início, foi realizada uma pesquisa documental das últimas compras de armamento realizada pela PMGO, para isso a pesquisa irá buscar tais documentos no Comando de Apoio Logístico e Tecnologia da Informação – CALTI que é a unidade que cuida da aquisição, logística e distribuição e controle de equipamentos da PMGO, em especial do armamento letal de uso individual dos policiais militares, entre outras atribuições o CALTI é responsável pelos estudos e todo trabalho relacionado às aquisições feitas pela Polícia Militar, inclusive existe um departamento dentro do CALTI direcionado especificamente para tratar da gestão do material bélico pertencente a Polícia Militar de Goiás que é o Departamento de Material Bélico – DMB

composto por policiais especialistas em armas, munições e demais equipamentos. Por isso, para o desenvolvimento da pesquisa é necessário entrevistar algum profissional que tenha conhecimento do processo de compra de forma global, a fim de se esclarecer alguns pontos específicos caso haja necessidade, e atingir um maior aprofundamento na discussão do tema.

Posteriormente, este estudo irá buscar por intermédio da ferramenta “Google Forms”, que é um recurso destinado a criar formulários e questionários para pesquisas em geral, a opinião dos policiais militares integrantes das unidades especializadas: ROTAM, CHOQUE e GIRO, a respeito do armamento fornecido pela instituição o que será desenvolvido por meio de questionário com perguntas objetivas e claras. O questionário contém 14 perguntas, e o questionado não consegue avançar antes de responder cada pergunta. A escolha do público-alvo do questionário levou-se em conta os seguintes critérios: tais unidades são tropas especializadas que realizam o patrulhamento tático na região metropolitana e por isso exigem mais do equipamento em situação de confronto, emprego imediato e imprevisível. Considerando que o efetivo total estimado de tais unidades é de 400 integrantes e que o limite do erro de estimação nas pesquisas sócias é de 6% e adotando um nível de confiança de 90%, a amostra necessária seria 129 respostas.

Por fim, faz-se uma discussão dos dados obtidos, tanto os qualitativos quanto os quantitativos, e a demonstração destes por meio de planilha.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pretende-se com este artigo analisar o processo de aquisição de armamento letal de cautela individual do policial militar e avaliar a possibilidade de implementação de uma nova gestão de qualidade e até a utilização de uma das ferramentas de gestão de qualidade no âmbito das compras realizadas pela PMGO com o fim de conseguir maior eficiência nas condições de trabalho dos policiais e conseqüentemente na prestação do serviço público à sociedade.

O que corrobora com os princípios básicos da gestão da qualidade assim afirma Machado (2016), que são a melhora contínua, a identificação e redução de erros, a cultura de aprendizagem e a utilização de mecanismos e estatística como forma de aferir os resultados. Assim, policiais de unidades especializadas que estão mais expostos ao risco, como, a ROTAM, o CHOQUE e o GIRO responderam o

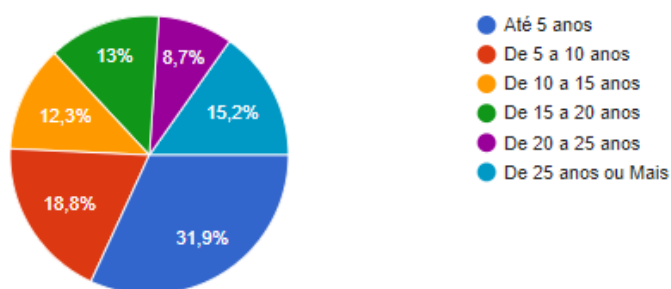
questionário formulado no “*Google Forms*” e enviado via “*Whatsapp*” com perguntas relacionadas ao armamento de porte, ao todo 138 policiais militares responderam o questionário de forma voluntária.

Inicialmente foi dado ênfase nos quesitos demográficos, tendo como primeiro questionamento o sexo do policial militar, confirmando o que se esperava, uma vez que os certames para o ingresso na instituição dedicam 10% de vagas ao público feminino, temos a predominância do sexo masculino (94,9%). Em seguida, é demonstrado a ampla abrangência da pesquisa com diversos níveis de experiência profissional que compreende profissionais que ingressaram recentemente na instituição até aqueles com tempo necessário para inatividade como é observado pelo gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1: Quanto tempo de serviço Policial Militar você possui?

Quanto tempo de serviço Policial Militar você possui?

138 respostas



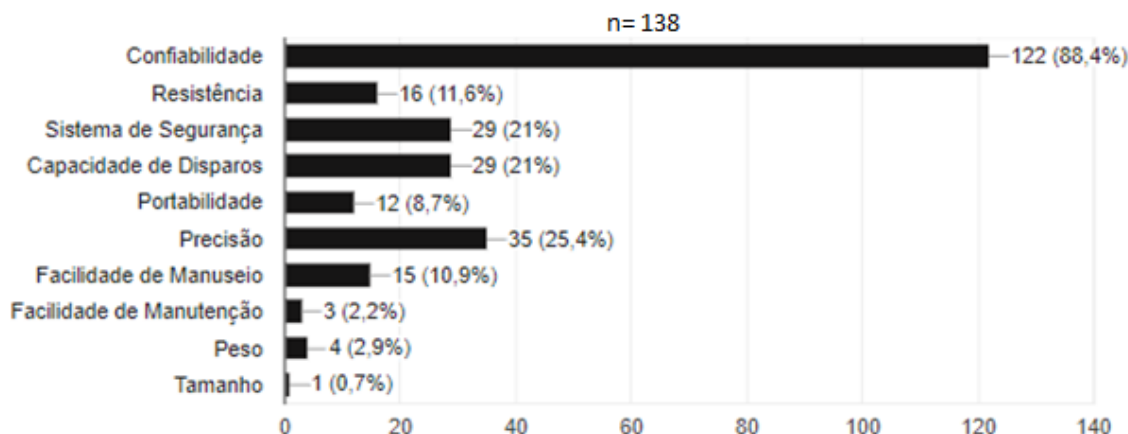
Fonte: Autor, (2018)

4.1. OPINIÃO DOS POLICIAIS MILITARES.

Posteriormente, foi perguntado aos policiais militares quais eram as características mais importantes que uma arma de fogo deveria possuir. De acordo com Oliveira (2003), a qualidade de um produto envolve a consideração de alguns aspectos subjetivos e outros objetivos devendo ser utilizados para uma melhoria contínua. Dentre as 10(dez) características listadas como possibilidade (confiabilidade, resistência, sistema de segurança, capacidade de disparos, portabilidade, precisão, facilidade de manuseio, facilidade de manutenção, peso e

tamanho) o policial poderia escolher duas opções, dentre as quais recebeu o maior número de respostas a confiabilidade com 88,4% das respostas, número com bastante expressividade no universo pesquisado, seguida da precisão com 25,4%. Verifica-se então que o militar busca em um armamento algo confiável e preciso, de forma terciária, empatadas estão sistema de segurança e capacidade de disparos (21%).

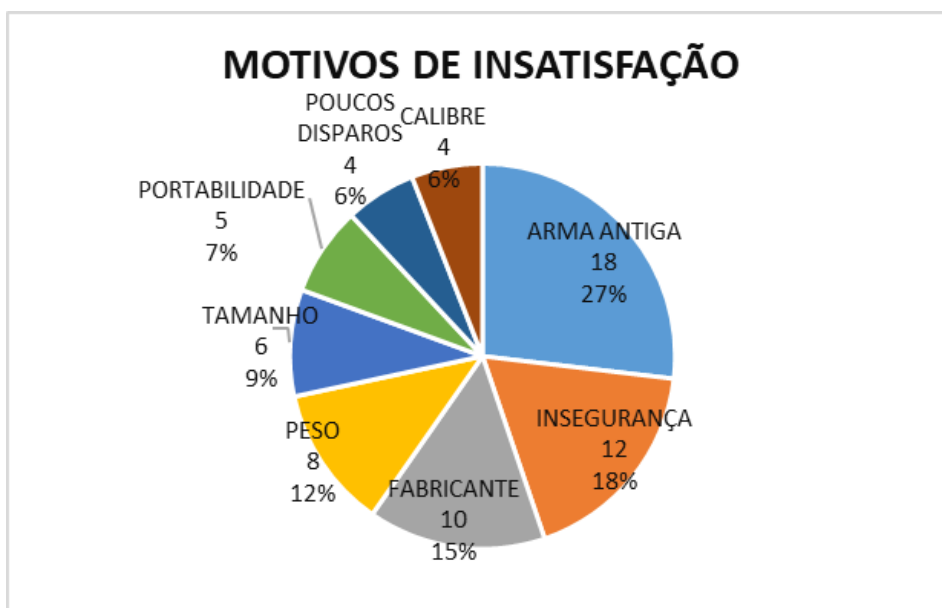
Gráfico 2: Na sua opinião, quais as características mais importantes em uma arma de fogo? (Escolha até 2 opções)



Fonte: Autor, (2018)

Em relação ao armamento individual cautelado, os policiais foram indagados se estavam satisfeitos, sendo que 84(60,9%) responderam sim e 54(39,1%) responderam não. Destes insatisfeitos, ou seja, aqueles que responderam não, foi perguntado qual seria o motivo da insatisfação deixando espaço para respostas abertas e por isso as respostas foram classificadas em 8 categorias, de acordo com a similariedade das respostas visando reduzir o universo das palavras para uma melhor representatividade da pesquisa, as maiores reclamações foram em relação ao armamento ser muito antigo(27%), inseguro(18%), e em razão do fabricante(15%). Como demonstra o gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3: Motivos de Insatisfação do Armamento.



Fonte: Autor, (2018)

Ainda no assunto da insatisfação, é possível relacionar a variável motivos de insatisfação com o modelo de arma do policial a fim de direcionar a raiz do problema, assim na reclamação do armamento antigo o modelo mais reclamado é a Imbel MD5 com 44% das respostas e na reclamação de insegurança o modelo mais respondido foi a Taurus PT840 com 75%. Conforme o gráfico 4 e 5 a seguir:

Gráfico 4: Insatisfação ligado ao armamento antigo.

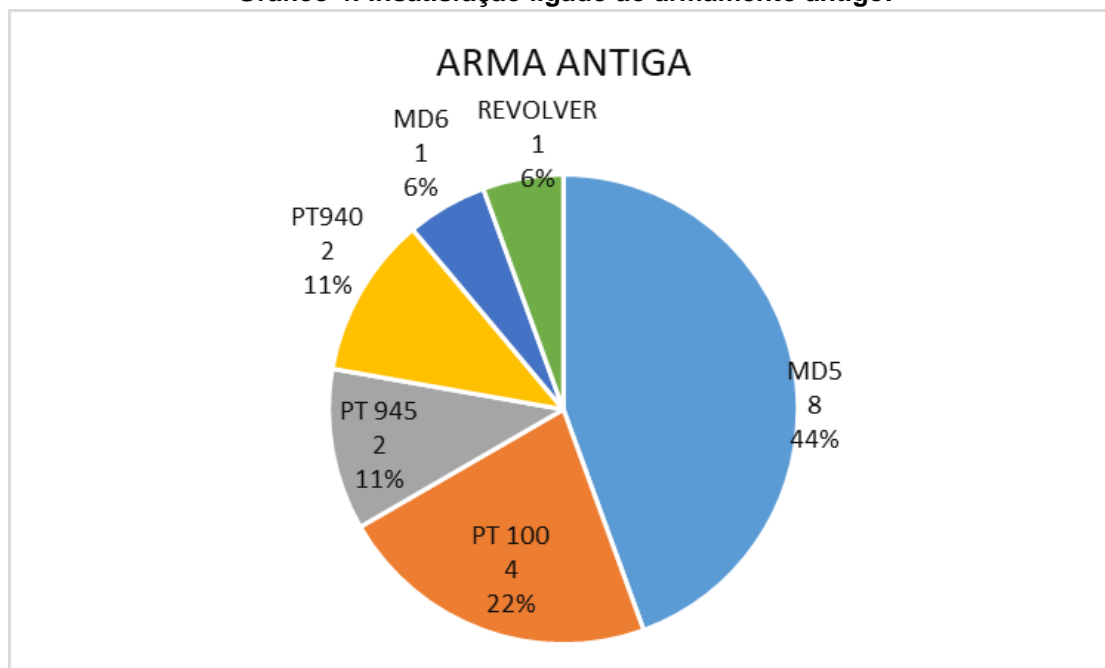
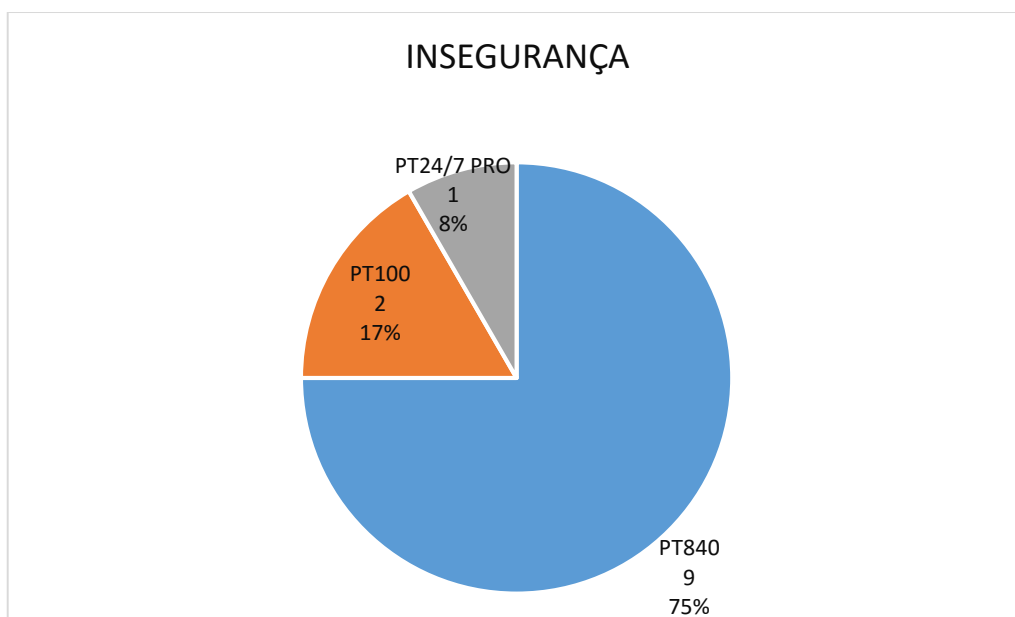


Gráfico 5: Insatisfação ligado a Insegurança.



Fonte: Autor, (2018)

4.2. PROCESSO DE AQUISIÇÃO: ULTIMAS COMPRAS PELA PMGO.

Após obtenção e análise de documentos fornecidos pela Divisão de Compras do CALTI é possível identificar que as últimas compras de arma de fogo de uso individual foram em 2010, sendo 1.045 pistolas Taurus – Modelo PT 840 e outra em 2012, com aquisição de 2.500 pistolas Taurus –Modelo PT 24/7 PRO D, totalizando 3.545 pistolas da fabricante Taurus. É importante ressaltar que desde ano 2012 não foi realizada novas compras, ou seja, durante o prazo de 6 anos a Polícia Militar não realizou aquisições de armamento de porte. Ainda, em busca no Sistema Eletrônico de Informações - SEI é possível encontrar um processo em estágio final de compra para aquisição de 2.100 pistolas no calibre 9mm de fabricação estrangeira. Como leciona Moraes (2010), o princípio da eficiência é a busca da qualidade sem burocracia para atingir melhor destinação do dinheiro público e satisfação do interesse público.

4.3. PADRAO DE QUALIDADE.

Com o propósito de aprofundar e esclarecer alguns pontos do processo de compras de armas de fogo realizado pela PMGO, tendo como base os documentos emitidos pelo CALTI e as respostas do questionário, a pesquisa contou com uma entrevista realizada com um oficial experiente que inclusive trabalhou cerca de 16 anos na DMB.

A entrevista iniciou-se perguntando se o CALTI seria realmente o responsável pelas aquisições de armamento na PMGO e após resposta afirmativa foi perguntado como é iniciado o processo de licitação durante sua fase interna e o entrevistado disse que seria a partir da demanda: a admissão de novos policiais militares e a substituição do equipamento antigo. Vejamos o que disse o entrevistado:

Eu gostaria de conhecer e entender Comandante como começa a fase interna do processo de licitação, aquela parte que vai especificar qual produto será comprado, a quantidade, a demanda...Como isso se inicia?

Resposta: Inicialmente vamos começar a responder à pergunta de trás para frente, começa com a demanda né? Por exemplo a citar a situação do ingresso de novos profissionais na corporação, é uma das demandas, podemos citar a renovação de armamentos, por exemplo, armamento já estão com a vida útil a mais de vinte anos, ou às vezes, até obsoleto também é uma demanda né? E logicamente se há uma dessas demandas que eu acabei de apresentar é levantado as quantidades e a última parte da pergunta seria as especificações que logicamente a polícia militar ela tende adquirir o material que está... toda vida ao longo da história tentou adquirir o material mais sofisticado que tivesse no mercado, às vezes, não consegue comprar por força da licitação e às vezes inoperância ou incompetência mesmo da própria a empresa que vai fabricar o armamento, ou às vezes, restrições de importação, mas sempre buscou comprar a melhor arma.

(Entrevistado 1)

Importante fato esclarecido pelo entrevistado foi que existe um estudo técnico com requisitos operacionais do armamento formulado em relatório e homologado via portaria pelo Secretário de Segurança Pública. O estudo é um marco na PMGO pois estabelece os requisitos mínimos necessários para aquisição e padronização de armamentos pelos órgãos de segurança pública, assim como foi feito pela Polícia Federal em 2005 e recentemente pelos Estados de São Paulo e Mato Grosso. Fonseca (2007), diz que a padronização é uma técnica que visa estabelecer métodos para medir a equivalência de processos, de produtos, de serviços, e se essas ações atendem as necessidades dos clientes de maneira fácil, econômica e com pouca variação.

Em relação a última compra realizada pela PMGO em 2012, com aquisição de pistolas Taurus Modelo PT 24/7 PRO D, o entrevistado relatou que houve um sério problema com falta de segurança do armamento por decorrência de deficiência da matéria-prima, inclusive, houve a elaboração de um relatório pela comissão de compras informando diversos casos de acidentes ocorridos com a arma PT 24/7 PRO D que culminou na devolução destas armas e, posteriormente, na criação do estudo de padronização de armamentos onde se exige para futuras aquisições critérios mais rígidos como testes de stress do equipamento, de queda, de disparo real, e intercambialidade de peças propiciando assim mais segurança e qualidade do produto.

Ainda, foi perguntado ao entrevistado sobre as reclamações dos policiais militares que disseram que as armas Imbel MD5 e Taurus PT100 eram muito antigas, o entrevistado disse que realmente eram antigas, mas que eram armamentos bons e que não davam tantos problemas na DMB. Veja o que disse o entrevistado:

nós temos a situação de armas antigas como é o caso das pistolas Imbel modelo md5 com ADC, armador e desarmador do cão, armas realmente obsoletas, porém uma arma que é admirada por alguns profissionais nossos, pessoal que é instrutor de tiro, que é dado à prática de competição gosta mais das arma devido à situação de recuo e de peso, porém não deixa de ser um armamento antigo, de emprego militar e não de emprego policial porque essa arma é fabricada para as forças armadas do fabricante Imbel. Temos também a situação das pistolas PT 100 que é um projeto bastante antigo, mas o projeto robusto, um projeto que dá poucos defeitos do ponto de vista de retorno aqui na divisão de material bélico.

(Entrevistado 1)

No tema de insegurança, que foi a segunda maior reclamação de acordo com o questionário, foi perguntado ao entrevistado qual a razão da insegurança ligada ao modelo Taurus PT840 e o oficial respondeu que este armamento foi concebido de um projeto muito novo que tentou atender as necessidades das corporações e a PMGO foi a segunda instituição a comprar tal armamento, mas se tratava de uma arma prematura que não foi dado tempo suficiente para testes e a Polícia Militar sofreu muitos desgastes com esta aquisição, que inclusive passou por “*Recalls*”. Palavras do entrevistado [...]“quando se fala de armamento, o armamento tem que ser testado, saturado exaurido seu uso para saber se realmente tem condições e tem qualidade”[...]

Atualmente a PMGO está adquirindo está 2.100 pistolas Sig Sauer via adesão da ata de registro de preços da Secretária de Segurança Pública do Ceará visto a necessidade de reposição de material bélico decorrente do recolhimento das pistolas 24/7 e que este novo armamento atende 100% os requisitos do estudo de padronização da SSP/GO além de sua qualidade ser reconhecida internacionalmente.

5 CONCLUSÃO

O trabalho buscou entender como é o processo de aquisição de armas na Polícia Militar de Goiás, se existe um padrão definido para novas compras de armamento e se as últimas compras foram satisfatórias, bem como entender qual a opinião dos Policiais Militares em relação ao armamento institucional.

Assim, se pode verificar que a Polícia Militar de Goiás ao longo dos anos enfrenta diversos problemas na aquisição de armamentos seja por carência de investimentos ou por questões de burocracia e limitação do mercado nacional. E que, após tantos desgastes e alguns acidentes sofridos com falhas de funcionamento, recentemente foi realizado um estudo técnico que define uma padronização de armamento para as forças de segurança pública no âmbito do estado que além de estabelecer requisitos mínimos de exigência ainda prevê a realização de testes de stress, de queda, de disparos reais e de intercambialidade de peças.

Em relação aos armamentos atuais nota-se que a Polícia Militar adquire a quantidade necessária para atender a demanda de ingresso de novos policiais na corporação, mas não consegue substituir as armas anteriores, que em sua maioria são armas antigas e ainda, recebe armas doadas pela Força Nacional que não são adequadas a atividade da PMGO.

Em relação à satisfação do usuário, existe muitas reclamações relacionadas com a segurança e ao fabricante, pois os últimos modelos adquiridos pela PMGO apresentaram diversos problemas e são do mesmo fabricante. A insegurança transmitida pelas últimas aquisições está relacionada a modelos novos e que não tiveram tempo de consolidação no mercado e nem tiveram sua confiabilidade testada, e de acordo com os policiais militares, a característica mais importante citada pelos usuários foi justamente a confiabilidade do armamento.

Recomenda-se que as novas aquisições de armamento realizadas pela Polícia Militar, inclusive as eventuais doações, atendam aos requisitos mínimos de qualidade do parecer técnico elaborado pela comissão interinstitucional da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária no ano de 2017 e as armas atuais sejam substituídas nos próximos anos com o intuito de evitar os infortúnios do passado e buscar a melhoria contínua de um instrumento de trabalho tão fundamental como é a arma de fogo para um policial militar.

Importante destacar que no Brasil existem apenas dois fabricantes de material bélico, e que desses apenas um fabrica armas destinadas para a atividade policial, assim seria relevante no momento do procedimento licitatório buscar a participação de empresas estrangeiras consagradas no âmbito internacional a fim obter um leque maior de opções e alcançar o melhor produto para a instituição e conseqüentemente para a sociedade.

É perfeitamente possível a aplicação do diagrama de Pareto na gestão de qualidade na aquisição do armamento pela PMGO, ou seja, a compra de armas novas,

de emprego policial, de fabricantes consagrados internacionalmente e que atendam aos requisitos estipulados no estudo de padronização iria atingir as maiores reclamações e problemas encontrados na pesquisa direcionando assim a ação do gestor.

Não se pretende com esse artigo esgotar este tema que é vasto e relevante para a melhoria de aquisição de material bélico, no entanto espera-se que o presente trabalho possa se tornar um modelo de reflexão para os gestores da área e que possa haver a busca continua da qualidade na gestão do armamento na Polícia Militar.

Contudo, mesmo sabendo que um grande avanço foi realizado com o estudo técnico de padronização dos armamentos e munições no estado de Goiás ainda existe muito a ser discutido, estudado, analisado e aprofundado cientificamente. As discussões aqui apresentadas poderão servir de subsídio para futuros estudos e aprofundamentos do tema abordado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Nº 5.450, de 31 maio. 2005. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/decreto/d5450.htm. Acesso em 03 ago. 2018.

BRASIL. Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8666cons.htm> Acesso em 03 ago. 2018.

BATISTA, M. A. C. **Modelo de gestão da informação: uma proposta para acompanhamento de compras em instituições públicas de ciência e tecnologia em saúde - C&T/S**. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife. 2006.
CARVALHO, Marly; PALADINI, Edson. **Gestão da qualidade: teoria e casos**. Elsevier Brasil, 2013. p. 351 a 411.

MACHADO, Maurício Corrêa Pimentel. **Coleção armamento: armas, munições e equipamentos policiais**. Cascavél-PR. Gráfica Tuicial, 2010. p. 10 e 22

DE OLIVEIRA, Simone Espíndola; ALLORA, Valerio; SAKAMOTO, Frederico TC. Utilização conjunta do método UP'–Unidade de Produção (UEP') com o Diagrama de

Pareto para identificar as oportunidades de melhoria dos processos de fabricação-um estudo na agroindústria de abate de frango. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2005.

GOETSCH, D. & Davis, S. (1997) Introduction to Total Quality. New Jersey: Prentice-Hall, Inc. JURAN, Joseph M.; GRAYNA, M. Frank. Controle da Qualidade, vol. **São Paulo: Makron MC Graw-Hill**, 1991.

MELLO, C. A. B. **Curso de direito administrativo**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 1993. p. 242.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Administração Pública: Foco na eternização do modelo administrativo**. São Paulo: Atlas, 2014.

RODRIGUES, Cláudia Maria Almeida. **Ferramentas de gestão da qualidade**. 2001.

SILVA, Jennifer Nogueira Feitosa; QUEIRÓZ, Carlos Sérgio Rodrigues; SOARES, Adriana Paes. **GESTÃO DE MATERIAIS NO SERVIÇO PÚBLICO: proposição de um modelo para os cemitérios de Rondonópolis–MT**. Revista Estudos e Pesquisas em Administração, v. 2, n. 1, p. 118-133, 2018.

VASCONCELLOS, P. P. de. **Desenvolvimento de um modelo de avaliação da qualidade do serviço odontológico**. 2002. 91 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) — Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DE MORAES, Alexandre. **Reforma Administrativa: Emenda Constitucional Nº 19/98**. Editora Atlas SA, 2000.

FONSECA, P. A. et al. Sistema de gestão pela qualidade total e padronização na empresa. **Unisalasio De Lins, Araçatuba**, 2007.

MACHADO, Simone Silva. **Gestão da qualidade**. 2016.